Segunda-Feira, 28 de Abril de 2025

Desembargadores pedem vista e julgamento da intervenção é adiado

SAÚDE PÚBLICA DE CUIABÁ

Desembargador Rubens de Oliveira Santos Filho pediu vista de seu voto. Com o pedido, o julgamento do caso será adiado. Em seu voto, o também desembargador Juvenal Pereira da Silva também pediu vista, reforçando a o pedido por manifestação posterior.

Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, magistrado Orlando Perri citou 9,8 milhões de medicamentos que venceram sob cuidado da gestão do prefeito de Cuiabá Emanuel Pinheiro (MDB). Apontamento de Perri ocorreu durante sessão do Órgão Especial, que julga pedido do Ministério Público de Mato Grosso (MPMT) para intervenção do Estado na Saúde cuiabana.

Sessão é realizada na tarde desta quinta-feira (23). Caso foi delegado ao Órgão Especial após decisão da presidente do Superior Tribunal de Justiça, ministra Maria Thereza, que suspendeu a intervenção na Secretaria Municipal de Saúde no início de janeiro e determinou que a decisão ficasse a cargo de órgão colegiado da Corte estadual.

Inicialmente, conforme divulgado pela reportagem, decisão que acatou o pedido do MPMT foi proferida de forma monocrática durante o recesso por Perri, que é relator do caso.

Ao falar discutir o pedido na sessão, Perri citou relato de 5 médicos destacados pelo MPMT que atuaram na Saúde cuiabana.

Dentre os relatos, o desembargador lembrou que uma das falas dos profissionais dava conta de amputações e mortes que ocorreram por falta de gerência na Saúde municipal. Além disso, Perri citou ainda medicamentos vencidos descobertos na atual gestão em meio à falta de remédios básicos na Capital.